



## Existência e resistências negras em tempos de ódio

Cassiane de Freitas Paixão<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente texto foi parte da Conferência de Abertura do Fórum Sociedade Crítica, realizado na Universidade Federal do Oeste da Bahia, e tem como objetivo fazer uma reflexão sobre as manifestações de ódio e de violência nos últimos anos, trazendo também discussões sobre a resistência negra no Brasil. Para tanto, utilizamos referências de reportagens que demonstram tais manifestações, com o aumento do registro de casos de genocídio da população negra no Brasil, guiados tanto por racismo quanto pela intolerância. No entanto, ao usarmos referencial para entender os percursos dos movimentos sociais no Brasil, como o Movimento Negro, por exemplo, observamos que sempre houve resistência negra e que novas conquistas sempre estiveram presentes num movimento de luta e de enfrentamento de novas pautas políticas para negras e negros no Brasil.

**Palavras-chave:** Resistência negra, movimento negro brasileiro, racismo, intolerância, violência.

**ABSTRACT:** This text was part of the Opening Conference of the Critical Society Forum, Federal University of Western Bahia, and aims to reflect on the manifestations of hatred and violence in recent years, also bringing discussions about resistance black in Brazil. To this end, we use references from reports that demonstrate such manifestations, with the increase in the number of cases of the genocide of the black population in Brazil, guided by both racism and intolerance. However, when using a framework to understand the trajectories of social movements in Brazil, such as the Black Movement, for example, we observe that there has always been black resistance and that new conquests have always

---

<sup>1</sup> Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Graduação em Ciências Sociais pela UFPEL. Mestrado em Sociologia pela UFRGS. Doutorado em Educação pela Unisinos. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da FURG. E-mail: cassianepaixao@outlook.com.

been present in a movement of struggle and facing new political agendas for black women and men in Brazil.

**Keywords:** Black resistance, brazilian black movement, racism, intolerance, violence.

**RESUMEN:** Este texto fue parte de la Conferencia de Apertura del Foro de la Sociedad Crítica, celebrada en la Universidad Federal de Western Bahia, y tiene como objetivo reflexionar sobre las manifestaciones de odio y violencia en los últimos años, y también trajo discusiones sobre la resistencia negro en Brasil. Con este fin, utilizamos referencias de informes que demuestran tales manifestaciones, con el aumento en el número de casos de genocidio de la población negra en Brasil, guiados tanto por el racismo como por la intolerancia. Sin embargo, cuando usamos un marco para comprender las trayectorias de los movimientos sociales en Brasil, como el Movimiento Negro, por ejemplo, observamos que siempre ha habido resistencia negra y que las nuevas conquistas siempre han estado presentes en un movimiento para luchar y enfrentar nuevas agendas políticas para las mujeres negras y hombres negros en Brasil.

**Palabras-clave:** Resistencia negra, movimiento negro brasileño, racismo, intolerância, violencia.

Antes de qualquer coisa, gostaria de me apresentar. Sou Cassiane de Freitas Paixão, mulher negra da fronteira com o Uruguai, filha mais velha de uma mãe que se separou do marido em 1981 e que não mediu esforços para que eu e minha irmã estudássemos. Graças a ela e aos meus de familiares, consegui sair de casa para estudar, ainda em 1996, tendo me tornado professora de Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), instituição na qual tenho me dedicado a estudar políticas educacionais, ações afirmativas e espaços de socialização de negros e negras no Rio Grande do Sul. Atualmente, colaboro como docente permanente no Programa de Pós Graduação em Direito e Justiça Social da mesma universidade.

Gostaria de iniciar o diálogo lançando algumas questões: como chegamos a um momento de tantas manifestações de ódio? Como nós, negras e negros, temos resistido ao longo do século 20 aos diversos e reiterados ataques às nossas subjetividades e existências? O que tem provocado a intensificação do ódio nos últimos anos? E como, hoje, temos elaborado a resistência? Penso que tais questões podem nos ajudar a iniciar um diálogo e, talvez, viabilizar a formulação de respostas e estratégias políticas e sociais.

Vamos começar nossa reflexão com o seguinte questionamento: como chegamos a esse momento de ódio no Brasil?

Para pensar nessa questão, gostaria de trazer, inicialmente, o que entendo que são fatores importantes e que se intensificaram. O primeiro deles é a intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro, e o quanto esse ato foi aplaudido por parte da população brasileira. Gostaria de me remeter ao discurso do combate à violência, às falas sobre as Forças Armadas, essas viriam para "combater o crime" e "zelar pelo patrimônio", e o quanto tal discurso tem sido usado para muito além da segurança pública, uma vez que tem se traduzido em perspectivas que se direcionam ao extermínio da população negra. Esse discurso, que se pode perceber em frases como "parecia ladrão", "não estudava", "vivia no baile funk", dentre outras, termina por celebrar a morte. A intervenção militar, muitas vezes pensada como uma ajuda a nossa proteção, se mostra, muitas vezes, como um referencial bélico do Exército nos passeios públicos. Poder bélico ou poder coercitivo?

Vamos pensar nos aumentos de casos de intolerância religiosa e o quanto as religiões de matriz africana têm sido agredidas, banalizando aquilo em que nós, população negra, temos, enquanto grupo social, a ancestralidade e a fé que nos une também tem sido alvo de violência. Em reportagem de 03/08/2018, o Correio Brasiliense trouxe a manchete "Em seis meses Brasil teve mais de 200 casos de intolerância religiosa" (SOARES,2018). Essa se torna mais uma notícia que acompanha vários casos de denúncia de intolerância e podemos observar o quanto a maioria dos casos está relacionada ao racismo. Na mesma reportagem: "a antropóloga da Universidade de Brasília (UnB), Lia Zanotta, observa que, no Brasil, as religiões que tendem a ser mais discriminadas e enfrentam maior intolerância são as de matriz africana."

E como não tratar dos momentos de ódio sem falar dos casos de racismo, denunciados, pronunciados e absolvidos? No ambiente escolar, vimos notícias sobre *bullying*, mas raros são os casos de notícia sobre racismo no espaço educacional. Como e por que os parlamentares são absolvidos em casos de racismo?

Vamos lembrar que em 2017, o ainda deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), em fala no Clube Hebraica no Rio de Janeiro, disse ter ido a um quilombo e que o afrodescendente mais leve pesava sete arrobas (arroba é uma medida usada para pesar gado; cada uma equivale a 15 kg). Disse o então deputado à época: "Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles". O que aconteceu com a denúncia? Em setembro de 2018, a Primeira Turma

do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu rejeitar, por maioria, 3 votos a 2, a denúncia de racismo contra o deputado e presidenciável e com isso o caso foi arquivado.(BARBIERI,2018).

Esses casos existem, práticas racistas contra jovens negros e negras nas escolas, contra populações tradicionais, como quando as comunidades quilombolas foram comparados a gado. O que ocorreu? Nada, além de notícias, sem punição, e impactos sobre as subjetividades de crianças negras que perdem o desejo de voltar para a escola porque novamente serão violentadas por frases e gestos racistas.

Neste momento, eu tenho uma posição e falo por ela. Isso é um projeto de Brasil e da branquitude desse País! Em 2019, ainda não nos aceitaram nas escolas, reivindicando políticas para as comunidades tradicionais. Mesmo quando ocupamos posições como gestores, acadêmicos, professoras e professores nos programas de pós-graduação, não querem nos aceitar: as mesmas práticas da branquitude para manter distante são empregadas.

Esse é um espaço que ainda precisamos discutir o *mito da democracia racial*, a falácia que persiste no imaginário social brasileiro e que nos faz acreditar que somos todos iguais, que não existe racismo no Brasil. A "mestiçagem" e o "embranquecimento" da população brasileira como ícones para pensar o progresso e o desenvolvimento ainda são mazelas que estão em discursos políticos, e que nos coloca enquanto mestiços e mestiças em constante celebração, afinal, aqui não há desigualdade racial. No entanto, sociedade e Estado carregam os estereótipos de racismo, e quando discutimos a política de cotas raciais e sociais tais estereótipos aparecem ainda mais. No entanto, poucos "poréns" foram ouvidos sobre a "Cota do Boi". Será que os colegas aqui presentes já ouviram falar em políticas educacionais que permitiram em várias instituições educacionais vagas reservadas a filhos e filhas de produtores agrícolas e fazendeiros? A Lei n. 5.465, de 3 de julho de 1968, permitiu durante duas décadas a reserva de vagas para aqueles estudantes em instituições educacionais. A referida lei vigorou até 1985 no Estado do Rio Grande do Sul. (PINHEIRO, 2014).

No entanto a "Lei da cota do Boi", diferente da chamada "lei de cotas para negros e negras", teve pouca repercussão nos meios de comunicação, ainda hoje poucas pessoas

a conhecem. E as dúvidas sobre quem tem mérito ou não para usufruir daquela reserva de vagas nunca causou questionamentos e discussões sobre a sua legitimidade como ainda escutamos sobre o ingresso de negros e negras na universidade e nos concursos públicos.

Nesta conferência de abertura de uma atividade denominada Sociedade Crítica se faz necessário refletir sobre como estamos resistindo aos efeitos do racismo, do preconceito dos estereótipos sociais e culturais criados não só para nos invisibilizar como também para que a sociedade brasileira não queira se reconhecer como preta.

Nossas memórias nos mostram que a resistência se faz pela preservação de nossos espaços de memória, na religião, na família, nos clubes sociais negros, espaços sociais de resistência. Nos estudos que venho desenvolvendo, entendi que os clubes sociais negros se constituíram como um desses espaços que, ao longo do século 20, funcionaram como ambiente de socialização, educação e resistência da população negra no Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Assim, no início do século XX pode se observar o auge da organização negra, através de clubes recreativos, teatrais, carnavalescos, futebolísticos, entidades mutualistas, de assistência às crianças e de representação étnica (LONER,1999). A rede associativa formada por essa étnica auxiliava a integração de seus membros da sociedade, em termos de construção e relacionamentos, amizades, relações de compadrio e, obviamente, de oportunidades de emprego e casamento, além da preocupação com a questão educacional, em que algumas entidades ofereciam cursos noturnos para os filhos de seus associados. Nesse sentido, a rede propiciou as oportunidades de reconversão de capitais sociais, econômicos e, principalmente simbólicos, para a garantia da mobilidade social dos negros livres, na pós abolição. Em Rio Grande, esses clubes foram o Clube Cultural Braço é Braço o e a sociedade Estrela do Oriente. (SPOLLE; PAIXÃO, 2016, p. 183).

E falar que nós, negras e negros, resistimos é lembrar da força dos movimentos negros brasileiros. Sobre isso, eu gostaria de pautar o ano de 1970 como parte do processo de denúncia do racismo no Brasil. Um ato público foi realizado no dia 7 de julho de 1978, em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, com a participação de várias entidades negras de São Paulo e do Rio de Janeiro, com militantes históricos, como Abdias Nascimento. As entidades que não puderam comparecer enviaram moções de apoio. Não era só contra a discriminação racial, mas para dizer que o Movimento Negro Unificado

estava na rua e que tinha uma luta política contra a discriminação racial e contra o racismo (SANTOS, 2014).

No texto de Sales Augusto Santos (2014), o autor nos auxilia a lembrar da fundação do Ilê Aiyê em 1974, que fez, em 1975, um desfile só com mulheres e homens negros, cantando e valorizando esse povo e criticando o racismo. Era o caráter político revertido nos discursos e organizações que estavam na rua autoafirmando a cultura negra no Brasil. Não podemos deixar de lembrar a fundação do Grupo Palmares em 1971, na cidade de Porto Alegre: "Foi um dos membros deste grupo, o poeta Oliveira Silveira, que surgiu a proposta de considerar o dia 20 de novembro - dia da morte do herói negro Zumbi dos Palmares- com o 'Dia Nacional da Consciência Negra'" (SANTOS, 2014, p 91).

Nesse mesmo texto, o autor nos mostra que, nos anos de 1980, o Movimento Negro junta-se à discussão da Constituição de 1988, e, nessa década, surgem novas instituições junto aos conselhos e secretarias estaduais e municipais, como o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, o Conselho Estadual de participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio de Janeiro, e o meu destaque ainda vai para a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, em agosto de 1986, que reuniu representantes de entidades do movimento negro de dezesseis estados brasileiros elencando aos dirigentes do Brasil uma série de reivindicações.

Vamos observando que a população negra e os movimentos sociais vão se reorganizando ao longo da história colocando como pauta política a luta contra o Racismo. Os diversos movimentos de resistência continuam e damos um pulo histórico de tempo, chegando ao ano de 2003 com a aprovação Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 10.639; cabe destaque, também, para a Lei 12.990/2014, que trata das cotas no serviço público; a Lei 12.771, de 2012, que versa sobre a reserva de vagas, com corte racial e social, na educação superior; e a resistência de coletivos nas instituições educacionais, com a discussão acerca da identidade negra e da formação política e acadêmica dos seus membros. Hoje, já avançamos a passos duros, mas sempre firmes com relação ao ingresso e à reserva de vagas de indígenas, trans, quilombolas, pessoas com deficiências e grupos considerados em vulnerabilidade social. Mas, mais do que isso, o Movimento Negro ainda luta pela fiscalização e implementação dessa legislação ao longo do século 21.

Sim, os passos são vagarosos, com fraudes sendo indicadas nas universidades e nos concursos. Mas a resistência continua com a instalação das comissões de verificação da autodeclaração não só nas universidades, mas nas prefeituras e demais órgãos do executivo e judiciário. E com as denúncias encaminhadas pelo movimento negro, em 2018 conquista-se a Portaria Normativa n. 4/2018 que Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

Após um amplo trabalho dos ativistas da EDUCAFRO, que se iniciou com a expulsão de 27 alunos do curso de medicina da UFPEL ( Universidade Federal de Pelotas), a necessidade da implementação das comissões de heteroidentificação se espalhou pelo Brasil. Esse ano, a comunidade negra começa a colher os frutos da fiscalização que a maioria das universidades, por serem sérias com o povo, realizam antes da matrícula de alunos autodeclarados negros. (EDUCAFRO, 2019).

No Rio Grande do Sul, vinculada ao Tribunal de Contas do Estado e como parte da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), temos a Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra, que tem discutido desde as leis sobre reservas de vagas para negros e negras, bem como pautado questões raciais no poder legislativo e executivo no Estado.

Tratar da intensificação do ódio no Brasil, dos casos de agressão no mundo virtual e não virtual nos indica a pensar o quanto os casos de denúncia de racismo cresceram mesmo que isso não signifique que os acusados foram punidos. Em reportagem no Jornal O Globo de título “Disque Direitos Humanos registrou mais de 600 casos de racismo em 2018” (GRANDELLE; ELLER,2019), é possível observar que os casos de denúncia cresceram entre 2018 e 2019 cerca de 33%. Além disso, o texto destaca que: “Além da discriminação, também é comum a ocorrência de violência psicológica — xingamentos, entre outras hostilidades — e institucional, como abuso de autoridade”. A organização Geledés demonstra na reportagem “Precisamos falar sobre o racismo virtual” que o ataque nas redes virtuais vai para figuras famosas também e que:

Figuras públicas como Taís Araújo, Preta Gil e Ludmilla também foram alvo de comentários similares no ambiente virtual, e essa conduta não se restringe às estrelas da mídia, já que há diversas ocorrências diárias em todo o país. A ONG Safernet, por exemplo, estima que a Polícia Federal

recebeu e processou, em onze anos, **561.605 denúncias anônimas de racismo no Brasil.**<sup>2</sup> (GARRIDO,2017).

O aumento do número de feminicídio no Brasil, mostrado no mapa da Violência, e que indica que diminui sobre mulheres brancas, mas cresceu drasticamente quando as vítimas são mulheres negras:

Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo. (IPEA, 2019, p. 38).

Como falar da intensificação do ódio sem tratar e lembrar com pesar a chacina de jovens negros no Cabula, bairro da periferia de Salvador, uma chacina que envolveu a Polícia Militar do Estado da Bahia e que deixou 12 jovens negros mortos. E como não atrelar o extermínio e o ódio sem mencionar um projeto educacional denominado Future-se, que trata de pensar a educação com um novo patamar de financiamento, essas buscariam a autonomia financeira, captando recursos próprios, ligando-se assim à ideia de empreendedorismo.

Mas gostaria de encaminhar algumas questões que considero imprescindíveis. Como nós estamos resistindo? A resposta, ao que me parece, é: ocupando! Essa é minha resposta: temos de nos construir enquanto resistência no ato político (relações de poder) de ocupar o que é nosso!

Ocupamos espaços coletivos, aqueles que muitas vezes nos foram negados; nos diziam que não era nosso, e ainda nos dizem, mas estamos presenciando a presença de negros e negras a ocuparem lugares como professores eméritos, juízes, promotores, engenheiros, empresários, coordenadores de pós-graduação, com espaço de pensar sobre o que é o coletivo. Quantos trabalhos sobre os mais diferentes cursos têm como pauta a negritude, e como autor a própria negritude, sem a lógica positivista do pesquisador e do

---

<sup>2</sup>Grifos do próprio texto.

pesquisado. Nós pesquisamos e analisamos, e nos tornamos cientistas dentro da visão da realidade, do cotidiano, daquilo que nos é caro: a nossa vida.

E estamos mais perto uns dos outros, das nossas pautas, do que diz respeito ao nosso cotidiano, aos nossos anseios de classe, raça e gênero. Estamos pautando políticas públicas, de segurança, de saúde, de educação. Volto a reafirmar que são pautas que demoram mais do que gostaríamos, mas meus caríssimos e minhas caríssimas colegas aqui presentes, nós estamos pautando sim. Os espaços educacionais têm a pauta constante dos coletivos negros, e que conquistaram normativas que indicam que é necessário, sim, haver banca de verificação da autodeclaração negros e negras, pois queremos nossas vagas, que são poucas *ainda*, mas são *nossas*, porque resistiram para estarmos aqui hoje, e nós continuaremos resistindo pelas próximas gerações.

## Referências

BARBIÉRI, Luiz Felipe. **G1 Notícias**. STF rejeita denúncia de racismo contra Jair Bolsonaro. Brasília, 11/09/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/11/stf-> Acesso em: 09 maio 2020.

**EDUCAFRO**. 6/02/2019. Comissões de verificação já impediram matrícula de 1,5 mil cotistas pelo país. Disponível em: <https://www.educafro.org.br/site/comissoes-de-verificacao-ja-impediram-matricula-de-15-mil-cotistas-pelo-pais/> Acesso em: 09 maio 2020.

GRANDELLE, Renato; ELLER, JOHANNES. Disque Direitos Humanos registrou mais de 600 casos de racismo em 2018. Atualizado em 14/06/2019. **O Globo**. Sociedade. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/disque-direitos-humanos-registrou-mais-de-600-casos-de-racismo-em-2018-23735818>. Acesso em: 09 maio 2020.

GARRIDO, Gabriela. **Portal Geledés**. Atualizado em 07/09/2017. Precisamos falar sobre o racismo virtual. <https://www.geledes.org.br/precisamos-falar-sobre-o-racismo-virtual/> Acesso em: 09 maio 2020.

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (Orgs.). **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **O espelho quebrado da branquidade**: aspectos de um debate intelectual, acadêmico e militante. São Leopoldo, Casa Leiria, 2014. v.1. (Coleção NEABI digital: refazendo laços e desatando nós).

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação: um pensamento negro contemporâneo**. Jundiaí, Pacto Editorial, 2014.

SOARES, Ingrid. **Correio Brasiliense**. Atualização em 03/11/2018. Em seis meses, Brasil teve mais de 200 casos de intolerância religiosa. Disponível em:

<https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/11/03/interna-brasil,717238>. Acesso em: 09 maio 2020.

SPOLLE, Marcus Vinicius; PAIXÃO, Cassiane de Freitas. Clubes sociais negros no município de Rio Grande: um período de festas e liberdade. PAIXAO, Cassiane de Freitas e LOBATO, Anderson (Orgs.). **Os clubes sociais negros no Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande, Editora da Furg, 2016. p. 179-190.